



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA - AEEA
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DSG
SEÇÃO DE VIGILÂNCIA - SEVIG

DESPACHO INTERNO nº 70/2018 - SEVIG/DSG/AEEA/PROAD

Macapá -AP, 17 de Maio de 2018.

AO DSG,

Em atendimento **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 38 e 39 /2018 – CPL** ao qual a solicita análise e parecer técnico quanto à aceitabilidade ou não dos serviços, proposto pela Empresa **NOVASEG - SEGURANCA PATRIMONIAL E PRIVADO LTDA**, participante no certame licitatório , referente ao **ITEM 05– TARTARUGALZINHO** - Pregão Eletrônico nº 12/2018 – UNIFAP, temos a informar:

Considerações Gerais:

1. Cumpre assinalar que o escopo da manifestação do setor de Vigilância é verificar se os serviços com os insumos apresentados pela licitante estão em conformidade com o edital, neste caso trata-se de analisar os materiais e equipamentos descritos nas propostas. Isso porque foge de nossa competência examinar aspectos técnico relacionado a valores da planilha de custo que engloba por exemplo encargos sociais e trabalhistas, custos fixos, variáveis, depreciação. Entendo que essa matéria deve ser analisada por ocupantes de cargos de contador, economista desta IFES, especialistas neste âmbito de conhecimento. Assim, somente esses profissionais, salvo melhor juízo dos que melhor entenderem, terão a perícia para analisar especialmente os valores atribuídos pela licitante, colaborando até mesmo com o poder de barganha da Administração.

2. Pondere-se, no entanto, que este setor reconhece a necessidade da celeridade do **Pregão Eletrônico nº 12/2018 – UNIFAP**, por isso, buscou-se contribuir com algumas informações observadas na proposta da licitante com intuito de auxiliar Vossa Senhoria e o pregoeiro e/ou a Comissão de Licitação na continuidade do processo licitatório.

3. Esclarecido os tópicos acima, recomenda-se atenção as alterações significativas apresentadas pela reforma trabalhista, especialmente nos itens a seguir:

a. **Trabalho Noturno**: A Consolidação das Leis do Trabalho garante que o trabalho noturno (entre 22h e 5h do dia seguinte) deve ter remuneração superior ao diurno em, ao menos,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA - AEEA
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DSG
SEÇÃO DE VIGILÂNCIA - SEVIG

20%. Todavia, com a edição da Lei nº 13.467, de 2017, o entendimento da Súmula nº 60 (cumprida a jornada noturna e com término após às 5h da manhã, o valor da hora noturna perduraria até o fim da jornada) **não pode ser aplicado**, haja vista que as prorrogações de trabalho noturno, de que trata o § 5º do art. 73 da CLT, **foram absorvidos** no § 1º do art. 59-A, ou seja, serão considerados compensados dentro da jornada, sem necessidade de qualquer pagamento de adicional.

b. O Descanso Semanal Remunerado e o Trabalho em Feriados:

A Súmula nº 444 do TST, que previa o pagamento de hora extra para os domingos e feriados trabalhados na jornada de 12x36h, o mesmo § 1º do art. 59-A da CLT **absorveu o pagamento de hora extra por trabalho em domingos e feriados**. Desta forma, **não** poderá mais constar do compute de remuneração dos trabalhadores inseridos nesta jornada tais pagamentos, por força do que dispõe o **§ 2º do art. 8º da CLT**.

c. Intervalo repouso para alimentação – Intrajornada:

Deve se atentar para a leitura combinada dos arts. 71 com o novo 611-A (introduzido pela Lei nº 13.467/17), ambos da CLT. A nova regra do art. 611-A institui que a **convenção coletiva e ou acordo coletivo de trabalho (CCT e ACT) têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de 30 (trinta) minutos para jornadas superiores a seis horas**. Ou seja, afasta a **obrigatoriedade** da concessão do intervalo mínimo de 1 hora de que trata o artigo 71 da CLT, possibilitando sua redução para até 30 minutos. O artigo 71 da CLT não sofreu qualquer alteração pela nova legislação trabalhista, mantendo a **obrigação de concessão do intervalo mínimo de 1 hora para o trabalho contínuo, cuja duração seja superior a 6 horas**. Todavia o legislador permitiu a **prevalência** do negociado sobre o legislado, ao prever que a CCT ou ACT reduza para até 30 minutos.

4. É bom frisar que a licitante elaborou a planilha de custos e formação de preços com base na Convenção coletiva 2017/2018 SINDESP x SINDIVIAP AP 000006/2018, com vigência **até 30 de Abril de 2018**. E neste sentido, observa-se que a planilha apresentada detém itens e valores em desconformidade com a reforma trabalhista, ou seja, se Administração considerar



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA - AEEA
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DSG
SEÇÃO DE VIGILÂNCIA - SEVIG

necessário adequação das regras contratuais à nova Lei nº 13.467, de 2017 algumas rubricas deverão ser alteradas e consequentemente refletirá na redução dos valores.

OBSERVAÇÕES DA PLANILHA:

5. A Administração inseriu no **item 8. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**, a seguinte exigência:
 - a. 8.6 “ O preço máximo dos Postos não poderá ultrapassar o estipulado pela Portaria da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação\MPOG vigente na época de apresentação das propostas no certame licitatório”.
 - b. Assim sendo, observar a diferença de preço em relação ao proposto pela licitante, pois o posto de vigilância armada noturno corresponde ao valor de **R\$ 14.876,27** e o valor estabelecido no item 6 do referido edital equivale o valo de **R\$ 14.233,80**.
6. A quantidade total a contratar do ITEM 05 corresponde a 01 posto noturno, porém, a licitante informou 02 postos noturnos.
7. A empresa, em sua proposta, no **MODULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**, preenche valores nos **subitens D - DSR S/ Hora extra Diurna - e E - Feriado Trabalhado -**. Entretanto, deve-se atentar que não existe mais hora feriado e nem DSR nos postos 12x36, após a reforma trabalhista.
8. A empresa, em sua proposta, referente ao posto noturno, no **MODULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**, **subitens D – Adicional noturno e E - Hora extra noturna -** observa-se que a licitante considera o horário noturno das **22:00 às 7:00** horas trabalhada, totalizando 9 (nove) horas-relógio, ou seja, o **valor da hora noturna perdura até o fim da jornada**. Todavia, com a edição da Lei nº 13.467, de 2017, **não pode ser aplicado**, haja vista que as prorrogações de trabalho noturno serão consideradas compensados dentro da jornada, sem necessidade de qualquer pagamento de adicional. Para melhor verificação sugere-se apresentação da memória de cálculo para constatação da metodologia utilizada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA - AEEA
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DSG
SEÇÃO DE VIGILÂNCIA - SEVIG

9. A empresa, em sua proposta, **no MODULO 2 – BENEFICIOS MENSAIS E DIARIOS, subitem F** - dia do vigilante - apresenta o valor equivalente a **R\$ 4,21**. Vejamos menciona a CCT 2017\2018 SINDESP x SINDIVIAP em relação ao Dia nacional do vigilante :

- a. CLÁUSULA NONA. “ O trabalho no dia nacional do vigilante, dia 20 de junho, quando trabalhado, será remunerado com valor de 1/30 do piso salarial, desde que não tenham faltas injustificadas, suspensões disciplinares e ou advertências escritas, no período de seis meses antecedentes a data do dia 20 de junho”.
- b. Segue o cálculo conforme Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância do Estado do Amapá- 2018; Salário base x Divisor Previsto na CCT ($1 \div 30$) x Parcela Trabalhada (porcentagem dos vigilantes que estarão no dia do vigilante) Jornada 12x36 (50%). Valor no qual o empregado irá receber ao laborar no dia 20 de junho $\rightarrow 1.516,65 \div 30 \times 50\% =$ **25,28**. Valor do benefício provisionado mensalmente. **Exemplo: $25,28 \div 12 = 2,11$.**

10. A empresa, em sua proposta, **no MODULO 2 – BENEFICIOS MENSAIS E DIARIOS, subitem A** - vale transporte - apresenta o valor do desconto correspondente a R\$ 91,00.

- a. Sob esse enfoque importa ressaltar que o art. 10 do Decreto nº 95.247 no “Art. 10 descreve o seguinte: “ O valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será **descontada proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida** para o período a que se refere o salário ou vencimento e por ocasião de seu pagamento, salvo estipulação em contrário, em convenção ou acordo coletivo de trabalho, que favoreça o beneficiário. ”(Grifos nossos). Portanto, à quantidade de Vale-Transporte é concedida para o período a que se refere o salário, isto é, o **vigilante 12x36 recebe referente a 15 dias a proporcionalidade é de 50%**. Exemplo: Base de Cálculo x Proporcionalidade x Desconto = Valor do desconto. **$1.516,65 \times 50\% \times 6\% = 45,60$.**
- b. O valor do vale transporte não é somado no total de benefícios mensais e diários na proposta da licitante referente ao posto diurno.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA - AEEA
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DSG
SEÇÃO DE VIGILÂNCIA - SEVIG

11. A empresa, em sua proposta, no **MODULO 4 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS, submódulo 4.1, subitem G** - Seguro Contra Acidentes de Trabalho - apresenta o percentual de 3%. Desta forma, é recomendável solicitar o relatório do SEFIP|GEFIP, como a Relação dos trabalhadores Constantes no arquivo SEFIP, para conferir se o percentual informado na planilha é igual ao que consta com o RAT apresentado.
12. A empresa, em sua proposta, no **MODULO 4 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS, submódulo 4.2, subitem B** - Adicional de Férias - apresenta o percentual de 2,78% e no **submódulo 4.5 , subitem A** - FÉRIAS - o percentual de 11,11%, somando o total de 13,89%. No entanto o item 10 do Anexo VII da IN 02/2008 menciona que será provisionado para fins de pagamento de férias e abono de férias o percentual de 12,10%. Ademais, consta ainda no item 3 do referido edital que a licitação obedecerá ao disposto na referida IN 02/2008/MPOG.
13. No que tange análise da **planilha de materiais e equipamentos – quadro resumo** - apresentado na proposta da licitante que faz referência à tabela 06 do referido edital, deve-se atentar para:
 - a. O preço unitário dos materiais permanentes é contabilizado com uma quantidade unitária - posto - considerando apenas um colaborador. Neste ponto, alerto que o material usado na depreciação deverá considerar dois colaboradores em cada posto (dois diurnos e dois noturnos) . Exemplo: Custo do Aparelho de radiocomunicação (Custo unitário x Quantidade de colaborador / Depreciação):
 $R\$ 650 \times 0,5 / 36 = R\$ 9,02$. E assim deverá proceder para os outros equipamentos a serem compartilhados pelos vigilantes do mesmo posto de serviço.
 - b. A planilha apresenta materiais permanentes com depreciação superior a 12 meses, visto que o contrato que porventura vier a ser assinado tem a previsão de 12 meses, podendo ser prorrogado por 60 meses. Assim trata-se de uma possibilidade e não obrigatoriedade. Questiona-se se a metodologia do cálculo for mantida poderá acarretar no subdimensionamento da proposta.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA - AEEA
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DSG
SEÇÃO DE VIGILÂNCIA - SEVIG

-
- c. Observou-se também que a licitante inclui em sua proposta – item 1 – camisas brancas (tecido tipo meia), não previsto no item 7 do anexo I – Termo de Referência – do Pregão Eletrônico nº 12/2018 – UNIFAP.
- d. Manifestar-se sobre a diferença do valor total por funcionário dos materiais permanentes por posto diurno R\$ 75,28 e posto noturno R\$ 79,11, bem como apresentar o custo dos matérias e equipamentos de acordo com os respectivos Campi (item) de modo que contemple os valores utilizados para o resultado final.
14. Cabe enfatizar que apresentação da memória de cálculo demonstraria de forma mais apurada a captura dos valores estipulados na proposta da licitante.
15. Por fim, face ao exposto, encaminhado para conhecimento e demais providências necessárias, de modo que Vossa Senhoria retifique e/ou acrescente informações que possam nortear o condutor do certame.

HAILLA KATHUCIA FREITAS TEIXEIRA

Chefe de Vigilância-SEVIG
Port. nº 1169/2017 - UNIFAP